

se forem detetadas falsas declarações no seu processo de candidatura ou renovação.

Artigo 19.º

Direitos da Câmara Municipal

1 — A Câmara Municipal pode, sempre que entender necessário, solicitar às entidades intervenientes, nomeadamente Junta de Freguesia e estabelecimento de ensino, a confirmação dos dados apresentados e homologação dos cursos indicados, bem como, solicitar esclarecimentos aos candidatos que considere necessários ao apuramento da situação económica.

2 — A Câmara Municipal poderá suspender a bolsa de estudo sempre que não houver cumprimento pelo Bolseiro do estipulado no presente Regulamento ou desde que haja comprovativo de prestação de falsas declarações.

3 — A Câmara Municipal de Santana reserva o direito de alterar os valores das respetivas bolsas assim que seja necessário.

4 — A Câmara Municipal reserva o direito de, em casos que considere excecionais, reavaliar as candidaturas.

CAPÍTULO III

Apoio para livros e outro material escolar

Artigo 20.º

Atribuição de apoios

A Câmara Municipal de Santana atribuirá um apoio para aquisição de livros e ou material escolar em condições e montantes a definir anualmente por deliberação desta entidade, a alunos do concelho de Santana matriculados nos Ensinos Básico e Secundário.

Artigo 21.º

Exclusão

Ficam excluídos destes apoios os alunos:

1 — Do 1.º Ciclo que beneficiem do 1.º ou 2.º escalão no âmbito da Ação Social Educativa.

2 — Dos 2.º e 3.º Ciclos e Ensino Secundário que beneficiem do 1.º escalão no âmbito da Ação Social Educativa.

3 — Do Ensino Recorrente e Profissional.

CAPÍTULO IV

Prémios por mérito escolar

Artigo 22.º

Atribuição de prémios

1 — Serão atribuídos prémios de mérito escolar aos melhores alunos dos diferentes anos de escolaridade do concelho, considerando a seguinte tabela:

	Ano de escolaridade	Valor do prémio
Ao melhor aluno do	1.º ciclo	200€
	5.º ano	300€
	6.º ano	
	7.º ano	400€
	8.º ano	
	9.º ano	
Aos 3 melhores alunos	10.º ano	1.º Prémio — 700€ 2.º Prémio — 500€ 3.º Prémio — 400€
	11.º ano	1.º Prémio — 1000€ 2.º Prémio — 800€ 3.º Prémio — 700€
	12.º ano	

2 — Conjuntamente com o prémio será entregue um diploma alusivo à distinção concedida aos alunos premiados.

Artigo 23.º

CrITÉRIOS de atribuição

No final do ano letivo serão apurados os melhores alunos do Concelho de acordo com as orientações a seguir designadas:

1 — Do 1.º Ciclo do Ensino Básico

O aluno que detiver a melhor classificação neste ciclo de escolaridade.

2 — Do 2.º e 3.º Ciclo do Ensino Básico:

O aluno, de cada ano de escolaridade, que for detentor da melhor classificação no final do ano letivo.

3 — Do Ensino Secundário:

Os três alunos, de cada ano de escolaridade, que detiverem as três melhores classificações no final do ano letivo.

Artigo 24.º

Empates

Em situações de empate, todos os alunos recebem o mesmo valor.

Artigo 25.º

Direitos da Câmara Municipal

1 — A Câmara Municipal de Santana pode, sempre que entender necessário, solicitar às escolas do concelho a confirmação dos dados apresentados.

2 — A Câmara Municipal de Santana reserva o direito a alterar o valor dos prémios de mérito escolar se as condições financeiras assim o determinarem.

Artigo 26.º

Resultados e divulgação

A divulgação e entrega dos prémios aos alunos destacados ocorrerá numa sessão pública, no final de cada ano letivo, em data a definir pela Câmara Municipal.

CAPÍTULO V

Disposições finais

Artigo 27.º

Casos omissos

As dúvidas, casos omissos e interpretações resultantes da aplicação do presente Regulamento serão resolvidas pela Câmara Municipal de Santana.

Artigo 28.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor no primeiro dia útil seguinte à data da publicação no Diário da República.

208245017

Aviso n.º 13210/2014

Projeto de Regulamento das medidas de apoio às famílias no âmbito das políticas de incentivo à natalidade

Teófilo Alírio Reis Cunha, Presidente da Câmara Municipal de Santana, torna público que, em reunião extraordinária de 17 de novembro de 2014, o órgão executivo desta autarquia, deliberou aprovar o Projeto de Regulamento das medidas de apoio às famílias no âmbito das políticas de incentivo à natalidade, de modo a que durante o prazo de 30 dias, contados da data de publicação no *Diário da República*, 2.ª série, seja submetido à apreciação pública para recolha de sugestões, em conformidade com o disposto nos artigos 117.º e 118.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro.

Durante esse período poderão os interessados consultar o referido Projeto, no Serviço de Atendimento de Apoio ao Múncipe da Câmara

Municipal, Avenida 25 de Maio, N.º 2-9230-116 Santana, no horário normal de expediente (9h00- 17h00), nos locais de estilo das Juntas de Freguesia e no site da Autarquia www.cm-santana.com — Destaques — e sobre ele formularem sugestões por escrito, devendo as mesmas serem dirigidas ao Presidente da Câmara e entregues no Gabinete de Apoio à Presidência, ou enviadas por correio eletrónico gap@cm-santana.com, ou por carta registada e com aviso de receção, para aquela morada.

Para constar e produzir os devidos efeitos, publica-se o presente aviso e se afixam editais de igual teor nos lugares públicos do costume

17 de novembro de 2014. — O Presidente da Câmara, *Teófilo Alirio Reis Cunha*.

Nota Justificativa

Nos últimos o concelho de Santana tem tido uma evolução demográfica fortemente caracterizada pelo envelhecimento e decréscimo da população em consequência, sobretudo, da diminuição da taxa de natalidade e da elevada taxa de emigração. Toda esta situação tem suscitado uma distorção acentuada na pirâmide geracional, com implicações negativas ao nível do desenvolvimento socioeconómico do concelho.

Considerando o exposto como um problema premente e preocupante, urge a necessidade de adotar medidas concretas que, de um modo positivo, colaborem para inverter ou amenizar as consequências desta problemática, salvaguardando o futuro geracional da população do concelho.

É neste contexto, e no âmbito das políticas de ação social, que o Município de Santana procede à criação de medidas de apoio à natalidade, visando a inversão do panorama atual, estando conscientes que só com políticas regionais e nacionais a situação poderá ser revertida.

CAPÍTULO I

Generalidades

Artigo 1.º

Norma habilitante

O presente regulamento tem como normas habilitantes as alínea *m*) do n.º 2 do artigo 23.º e alínea *u*) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Artigo 2.º

Objeto

O presente regulamento prevê as medidas de apoio monetário às famílias no âmbito das políticas de incentivo à natalidade.

Artigo 3.º

Objetivos

Com as medidas de apoio monetário às famílias no âmbito das políticas de incentivo à natalidade, pretende-se aumentar a taxa de natalidade.

Artigo 4.º

Âmbito

1 — As medidas de apoio monetário às famílias no âmbito das políticas de incentivo à natalidade concretizam-se através da atribuição de um subsídio mensal.

2 — O subsídio será atribuído, por criança, pelo prazo de 36 meses, a partir do mês de nascimento até ao mês em que a mesma perfaz 36 meses.

CAPÍTULO II

Beneficiários, montante e candidatura

Artigo 5.º

Beneficiários

1 — São beneficiários das medidas de apoio monetário ao incentivo à natalidade, todas as crianças e respetivos progenitores, familiares ou outrem que possua a sua guarda, desde que perfaçam os requisitos constantes neste regulamento;

2 — Podem requerer as medidas de apoio monetário ao Incentivo à natalidade:

a) Os progenitores, em conjunto, caso sejam casados ou vivam em união de facto, nos termos da lei;

b) O progenitor que, comprovadamente tiver a guarda da criança;

c) Qualquer familiar ou outrem a quem por decisão judicial ou administrativa das entidades ou organismos legalmente competentes, a criança esteja confiada;

d) Familiares ou outrem com quem a criança resida nas situações em que o(s) progenitor(es) esteja(m), por razões profissionais, emigrado(s) e devidamente comprovadas.

Artigo 6.º

Condições gerais de atribuição

A atribuição do apoio monetário ao Incentivo à Natalidade implica que as candidaturas satisfaçam as seguintes condições:

a) Que a criança seja residente no concelho de Santana;

b) Que a criança resida efetivamente com o(s) progenitor(es), familiares ou outrem que possuam a sua guarda;

c) Que o(s) progenitor(es), familiares ou outrem a quem esteja confiada a guarda da criança, possuam domicílio fiscal em Santana há mais de um ano;

d) Que o(s) progenitor(es), familiares ou outrem a quem esteja confiada a guarda da criança, residam no concelho de Santana há pelo menos um ano;

e) Que os progenitores, familiares ou outrem a quem esteja confiada a guardada criança não contenham, à data da candidatura, quaisquer dívidas para com o Município de Santana.

Artigo 7.º

Valor das medidas de apoio monetário ao incentivo à natalidade)

As medidas de apoio monetário ao incentivo à natalidade, concretizam-se através da atribuição de 100 euros mensais por cada criança, nos 3 primeiros anos de vida, desde que os requerentes reúnam as condições deste regulamento.

Artigo 8.º

Processo de candidatura

1 — A candidatura deve ser formalizada através do preenchimento de um impresso próprio, fornecido gratuitamente aos interessados pela Câmara Municipal de Santana, ou retirado do portal eletrónico desta Autarquia.

2 — A candidatura deverá ser acompanhada com os seguintes documentos:

a) Declaração de Residência, emitido pela Junta de Freguesia da área de residência;

b) Fotocópia dos documentos de identificação BI/CC de todos os elementos do agregado familiar, incluindo o da criança se esta o possuir ou, em caso contrário, a sua certidão de nascimento;

c) Comprovativo da composição do agregado familiar por entidade competente;

d) NIB da criança/progenitor(es), familiares ou outrem a quem esteja confiada a guarda da criança;

e) Declaração de compromisso de honra da veracidade das informações constantes no Boletim de Candidatura e restantes documentos.

Artigo 9.º

Prazo e renovação

1 — O impresso de candidatura, devidamente preenchido e assinado pelo(s) requerentes, e os documentos comprovativos das condições de acesso ao apoio deverão ser dirigidos ao Presidente da Câmara Municipal de Santana até dois meses após o nascimento da criança, salvo no caso das situações previstas na alínea *c*) do artigo 5.º, nas quais o prazo deve ser contabilizado a partir da notificação das entidades competentes.

2 — A candidatura deverá ser renovada anualmente, sem a qual haverá a suspensão da atribuição das medidas de apoio, com a apresentação de todos os documentos requeridos no artigo n.º 8 deste regulamento.

Artigo 10.º

Análise das candidaturas

1 — O processo de candidatura será analisado por uma comissão de avaliação, composta por três elementos nomeados pela Câmara Municipal.

2 — A comissão de avaliação elabora de parecer fundamentado sobre as condições de atribuição do apoio.

Artigo 11.º

Atribuição do apoio

1 — Será atribuído o apoio, por deliberação da Câmara Municipal, nos casos em que os critérios do presente regulamento estejam satisfeitos, mediante proposta da comissão de avaliação.

2 — O Incentivo será atribuído no prazo máximo de dois meses após o deferimento do processo de candidatura.

Artigo 12.º

Pagamentos

As participações financeiras serão pagas com base nos fundos disponíveis já apurados e respetivos compromissos, nos termos e para os efeitos constantes na Lei n.º 8/2008 de 28 de fevereiro.

Artigo 13.º

Decisão e Prazo de Reclamações

1 — Todos os requerentes serão informados, por escrito, da atribuição do apoio, ou não do incentivo.

2 — Os requerentes podem reclamar, caso a proposta de decisão seja de indeferimento, no prazo de dez dias úteis após receção do ofício de decisão.

3 — As reclamações deverão ser dirigidas ao Presidente da Câmara Municipal.

4 — A reavaliação do processo e o resultado da reclamação deverá ser comunicado aos requerentes no prazo máximo de 30 dias.

Artigo 14.º

Perda do apoio

1 — No mês seguinte em que se comprovar que a criança e ou a(s) pessoa(s) a quem esteja confiada a sua guarda, mudaram de residência para fora do Município.

2 — No mês seguinte em que se comprovar que a criança e ou a(s) pessoa(s) a quem esteja confiada a sua guarda, mudaram de domicílio fiscal para fora do Município.

3 — A Câmara Municipal poderá suspender de imediato o apoio desde que haja comprovativo de prestação de falsas declarações por parte dos requerentes.

CAPÍTULO III**Direitos, deveres e obrigações**

Artigo 15.º

Deveres dos requerentes

Os requerentes são obrigados ao cumprimento dos seguintes deveres:

a) Informar a Câmara Municipal caso existam alterações gerais nas condições e requisitos de atribuição do apoio;

b) Dever de reposição das importâncias mais os juros respetivos, se forem detetadas falsas declarações no seu processo de candidatura ou renovação.

Artigo 16.º

Obrigações da Câmara Municipal

A Câmara Municipal está obrigada a fazer a transferência monetária do apoio mensalmente até ao último dia de cada mês, salvo situações excecionais.

Artigo 17.º

Direitos da Câmara Municipal

A Câmara Municipal de Santana reserva o direito a alterar o valor do respetivo Incentivo se as condições financeiras assim o determinarem.

CAPÍTULO IV**Disposições Finais**

Artigo 18.º

Casos omissos

As situações omissas no presente regulamento serão resolvidas pela Câmara Municipal.

Artigo 19.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor no primeiro dia útil seguinte à data da publicação no *Diário da República*.

208243316

Aviso n.º 13211/2014**Projeto de Regulamento de Atribuição de Apoio e Ação Social**

Teófilo Alírio Reis Cunha, Presidente da Câmara Municipal de Santana, torna público que, em reunião extraordinária de 17 de novembro de 2014, o órgão executivo desta autarquia, deliberou aprovar o Projeto de Regulamento de Atribuição de Apoio e Ação Social, de modo a que durante o prazo de 30 dias, contados da data de publicação no *Diário da República*, 2.ª série, seja submetido à apreciação pública para recolha de sugestões, em conformidade com o disposto nos artigos 117.º e 118.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro.

Durante esse período poderão os interessados consultar o referido Projeto, no Serviço de Atendimento de Apoio ao Município da Câmara Municipal, Avenida 25 de Maio, n.º 2, 9230-116 Santana, no horário normal de expediente (9h00-17h00), nos locais de estilo das Juntas de Freguesia e no site da Autarquia www.cm-santana.com — Destaques — e sobre ele formularem sugestões por escrito, devendo as mesmas serem dirigidas ao Presidente da Câmara e entregues no Gabinete de Apoio à Presidência, ou enviadas por correio eletrónico gap@cm-santana.com, ou por carta registada e com aviso de receção, para aquela morada.

Para constar e produzir os devidos efeitos, publica-se o presente aviso e se afixam editais de igual teor nos lugares públicos do costume.

17 de novembro de 2014. — O Presidente da Câmara, *Teófilo Alírio Reis Cunha*.

Nota justificativa

A intervenção e apoio social no âmbito das atribuições e competências dos municípios revela-se cada vez mais essencial na política de prossecução da melhoria do bem-estar das famílias e das populações.

Em época de acrescidas dificuldades socioeconómicas, às Autarquias Locais está reservado um papel interventivo visando apoiar as famílias em todos os domínios que permitam o combate à pobreza e à exclusão social conferindo-lhes a dignidade social que as mesmas merecem.

Nestes termos torna-se necessário regular um conjunto de apoios necessários à prossecução destas finalidades.

Artigo 1.º

Norma habilitante

O presente regulamento tem como normas habilitantes as alínea *h*) do n.º 2 do artigo 23.º e alínea *u*) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Artigo 2.º

Âmbito

1 — O presente Regulamento aplica-se aos munícipes residentes na área geográfica do concelho de Santana.

2 — São titulares do direito à atribuição da prestação de serviços e outros apoios os agregados familiares que se encontrem em situação económica considerada precária.

Artigo 3.º

Objeto

Constitui objeto do presente a regulamentação relativa à participação do município na atribuição de apoios no âmbito da ação social, de preferência, em cooperação com instituições de solidariedade social e ou em parceria com as entidades competentes da administração regional.

Artigo 4.º

Condições de atribuição

A atribuição de apoios depende do cumprimento cumulativo das seguintes condições:

a) Residência na área do município;